



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª
(TRIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 7 DE MAIO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 33ª Sessão Ordinária;
- Ata da 34ª Sessão Ordinária;
- Ata da 35ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 8ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 9ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas no plenário, imprensa, boa tarde a todos. Eu gostaria de falar um pouco sobre um espaço desta cidade que fechou. O Espaço de Arte Contemporânea ou Espaço Ecco encerrou as atividades e fechou as portas oficialmente no dia 30 de abril de 2013. Lamentamos profundamente o ocorrido, por ter sido o Espaço Ecco o precursor de uma época em que as opções de acesso à cultura eram ainda mais escassas em Brasília. Foram treze anos de dedicação de uma instituição focada em formação de público, com um sólido programa educacional, implementando inclusão social por meio da cultura, com espaços físicos totalmente adaptados em termos de acessibilidade.

O Ecco tornou-se exemplo de gestão criativa, tendo conseguido se manter por tantos anos, sempre com parcerias público-privadas, garantindo à Capital do Brasil mais uma opção de equipamento cultural público, de acesso gratuito, em padrões museológicos e internacionais. O público do espaço sempre foi muito diversificado, pessoas de todas as idades, de todas as classes sociais, de todas as regiões administrativas do DF, sobretudo de áreas isoladas e Entorno.

Para melhor compreensão do impacto de uma instituição como o ECCO, nada melhor do alguns dados numéricos sobre seu funcionamento, desde a inauguração até a presente data:

- 4.528 dias de atividades;
- 111 exposições (entre mostras individuais e coletivas);
- 1.119 artistas, dentre ele 939 brasileiros e 180 estrangeiros;
- 99 catálogos publicados;
- 35 encontros técnicos do programa educativo com professores, na sua maioria oriundos da rede pública de ensino;
- 1.700.000 visitantes, dentre eles, 485.000 estudantes dos ensinos fundamental e médio, sendo 80% originários da rede pública;
- 500 visitas de escolas públicas e 200 instituições privadas de ensino;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

- 113 cursos, debates, palestras no Programa Pausa para Pensar;
- 8 peças teatrais;
- 400 obras em acervo, a partir de doações dos artistas e política de aquisição.

A viabilidade do espaço foi sempre feita via projetos específicos, principalmente por meio da Lei Rouanet (lei de incentivo) e com apoio da iniciativa privada, empresas, bem como com parceria com instituições públicas e educativas, sobretudo a UnB, que reconhecia seu programa educativo como curso de extensão universitária, colaborando também, desta forma, com o processo de formação de professores. O Ecco realizava, de fato, uma política pública de cultura e educação, propiciando para a cidade formação de público com acessibilidade em arte contemporânea.

No âmbito do GDF, o apoio resumiu-se a parcerias institucionais com algumas secretarias de Estado, como Desenvolvimento Social, Segurança Pública e Educação.

O legado do Ecco permanece na memória da população e por suas inúmeras publicações como catálogos, livros e cartilhas educativas.

Registro que não existe na cidade nenhum espaço ou trabalho similar e, por isso, lamentamos o que consideramos um retrocesso na política cultural da nossa cidade.

Sei que temos um secretário competente e sério e esperamos que a Secretaria de Cultura possa ter uma ação positiva e proativa na solução da questão, concretizando a assinatura dos contratos e viabilizando assim a continuidade do funcionamento do espaço.

Realmente, quando temos um espaço desse nível, trabalhado por pessoas que são apaixonadas pelo que fazem, e enxergamos isso acabar, ou acabando, sem o devido empenho de todos, isso nos deixa muito tristes.

Aproveito, também, para discutir mais uma vez aquilo que já nos está fazendo cair na mesma tecla.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Joe Valle, eu também lamento muitíssimo isso e, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, vou procurar saber quais razões levaram esse espaço magnífico a isso. Ele era conduzido por uma pessoa de muita importância na sociedade de Brasília, Karla Osório, uma pioneira e filha de pioneiro, que ama demais o Distrito Federal e Brasília. O fato é para ficarmos boquiabertos. Como o governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

não deu suporte para que esse espaço continuasse sendo o que era, sendo para nós uma referência, no Brasil inteiro? Eu, de fato, vou fazer uma visita junto à Karla Osório para saber o que nós, como Deputados, e a comissão desta Casa podemos fazer a respeito disso.

DEPUTADO JOE VALLE – Obrigado, Deputada Liliane Roriz. Solicito que se incorpore o seu pronunciamento ao nosso discurso.

O que eu queria também, Sr. Presidente, levando em consideração até o seu nome usado nesta Casa — Professor Israel Batista —, é mais uma vez trazer o assunto das nossas escolas. Nós estamos vendo esse processo acontecer. Hoje ouvimos uma reportagem discutindo a questão das quadras cobertas. Aquela cobertura de quadra, quando eu vejo, fico sonhando em vê-la na área rural, Deputada Liliane Roriz. Vemos que, embaixo daquela cobertura, infelizmente existia uma quadra não coberta e, depois da cobertura, passou a não existir uma quadra, mas só a cobertura.

Nós percebemos que essa comunicação precisa existir definitivamente. Nós sempre colocamos aqui que a questão da segurança é fundamental, é importante que receba investimento, mas, se não atuarmos na causa — e essa causa, essa fábrica está aberta, porque os nossos meninos estão na rua e sem oportunidade —, não adiantará investir no resto. Sei que esta Casa tem seis Deputados ligados à segurança. A causa se tira melhorando o equipamento escolar. Nós tivemos aqui nesta Casa, semana passada, a oportunidade — e parabênzo o governo por isso — de aprovar um projeto que valoriza a carreira ligada à educação, o que é um avanço. Mas precisamos definitivamente fazer o investimento necessário no equipamento escolar. E esse investimento precisa ser potencializado. Não adianta apenas colocarmos dinheiro. Temos que ter gestão nesse processo, e nós não estamos enxergando, neste momento, a gestão necessária dos recursos que estão sendo colocados à disposição, inclusive votados nesta Casa no Orçamento. Nós não conseguimos enxergar.

Vejam: como falei antes, o recurso público que não chega ao público por incompetência deve ser tratado também como corrupção — uma corrupção passiva. Eu espero, efetivamente, que nós que temos conversado, falado, discutido e colocado de forma muito veemente a importância de termos os recursos chegando, sendo bem geridos nesta pasta que é de fundamental importância para qualquer governo deste País, de qualquer estado e para o Governo Federal, entendendo que há um esforço coletivo de todos os Deputados aqui, não só da Comissão de Educação e Saúde, mas de todos os Deputados, consigamos o bem dessa cidade. Nós queremos o bem dela hoje, queremos o bem dela amanhã, vamos querer o bem dela no próximo governo, seja de quem for, e assim sucessivamente. O nosso papel é estarmos aqui nos colocando à disposição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Sr. Presidente, venho mais uma vez tocar nesse assunto, falar desse assunto e pedir o empenho desta Casa para que consigamos fazer que o recurso público chegue integralmente, de forma correta, precisa e importante à educação, mais especificamente à educação na área rural do Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.) S.Exa. está viajando.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, venho aqui a esta tribuna, hoje, primeiramente, para dizer o tanto de respeito que nós temos pelo senhor por conduzir esta Casa e dizer que, em relação àquilo que o seu assessor disse sobre respeitar a sua decisão de passar tudo nas comissões, eu também estou de acordo com o senhor, eu acho que isso é importante. Mesmo sabendo que não temos todos os colegas aqui presentes, eu respeito a sua decisão de que todos os projetos passem pelas comissões. É isso que eu gostaria de falar hoje para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Liliane Roriz, eu creio que, numa situação emergencial, se justifica. A disciplina nossa é fundamental para a própria valorização do Poder Legislativo. Creio que isso é uma atribuição precíua a todos nós que fomos conduzidos pela população a esta tarefa. Naturalmente, há cenários de emergência em que temos que agir de maneira emergencial. Contudo, temos que valorizar as nossas comissões. Foi a razão pela qual elas foram constituídas e eleitas aqui por esta Casa, pelos membros deste corpo legislativo.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pela Liderança do Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder de Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, queria, em primeiro lugar, abordar esse tema trazido aqui pelo Deputado Joe Valle, que diz respeito ao espaço ECCO – Espaço Cultural Contemporâneo. Muitas vezes, eu compareci àquele espaço para exposições importantes que a curadora Karla Osório sempre tem promovido aqui no Distrito Federal. Todos sabem que é um espaço



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

privado, mas que tem sido importante para exposição de artes plásticas para a população aqui da nossa Capital. Lamento muito que tenha sido encerrado. Certamente a própria Karla providenciará alguma outra localização para continuar fazendo as exposições de arte para o Distrito Federal.

Na segunda questão, queria registrar que foi lido aqui no Expediente hoje projeto de lei que o Governador Agnelo Queiroz encaminha à Câmara que aumenta o valor do auxílio-alimentação dos servidores públicos do Distrito Federal.

Só para rememorar os fatos, quando o Governador Agnelo Queiroz assumiu o governo em 1º de janeiro de 2011, o auxílio-alimentação era correspondente a R\$198,00 (cento e noventa e oito reais), dos quais os servidores devolviam aos cofres públicos R\$118,00 (cento e dezoito reais). Portanto, literalmente, o auxílio correspondia a 80 reais. O Governador Agnelo ampliou esse valor para R\$304,00 (trezentos e quatro reais). Portanto, o servidor não tinha que ressarcir nenhum centavo aos cofres públicos, e, agora, esse novo projeto de lei está ampliando o auxílio-alimentação para R\$373,00 (trezentos e setenta e três reais).

Se nós compararmos o que avançou em dois anos e meio, é impressionante, porque sabemos que é um esforço muito grande do Governo retirar dinheiro do Orçamento para fazer frente a esse auxílio-alimentação, e sobretudo ele é muito importante para os trabalhadores que ganham o salário mínimo. Imaginem o salário mínimo de R\$678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) e um auxílio-alimentação de R\$373,00 (trezentos e setenta e três reais), o quanto isso representa no bolso do trabalhador.

Eu quero aqui registrar esse esforço importante do nosso governo para que o servidor público possa ter um auxílio-alimentação comparável ao auxílio-alimentação que o servidor público do Governo Federal recebe. É claro que está longe de ser o valor que os servidores da Câmara Legislativa recebem, mas que seja compatível com os valores que os trabalhadores do serviço público federal recebem no nosso País.

Eu penso que essa é uma demonstração mais do que evidente do apreço e do compromisso do Governo Agnelo com os servidores públicos do Distrito Federal, haja vista os projetos que vêm sendo debatidos nesta Casa. Na semana passada, foi aqui aprovada a nova estrutura de carreira dos servidores da carreira de magistério. Da mesma forma, já havia sido aprovada antes a da assistência à educação. Esses dois projetos foram sancionados pelo Governador, e hoje chega à Casa mais um projeto beneficiando os servidores, lembrando que também está na pauta de votação a da carreira fazendária, que também terá uma gratificação significativa. Portanto, mais uma vez, fica evidente esse compromisso do Governo Agnelo com os servidores públicos do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, por tratar de um assunto que é fundamental, esse problema do auxílio-alimentação. Nós sabemos que o auxílio-alimentação é uma vantagem de caráter indenizatório porque, na realidade, não é salário, e o aumento do auxílio para os servidores públicos é importante.

Porém, existe uma parcela importante, que é o auxílio-alimentação do terceirizados. Nós sabemos que o salário dos terceirizados é pequeno. Às vezes, o da empresa até é alto, mas o do terceirizado é pequeno. Nós sabemos que existem muitos encargos, e, no Senado, na época, nós criamos um mecanismo, aumentamos o auxílio-alimentação para 480 reais, e para quem trabalhava aos sábados, quinhentos e pouco reais. Essa é única maneira que se tem de ajudar o servidor terceirizado sem que a empresa lucre, porque o auxílio-alimentação, por ter caráter indenizatório, sai direto do GDF – ou direto da Câmara Legislativa, ou direto do Tribunal, de qualquer órgão para o bolso do terceirizado. A empresa não pode ter lucro em cima daquele valor do auxílio-alimentação.

Então, quando se dá um auxílio-alimentação digno, e não pode ser menos de quatrocentos, quinhentos reais, que é com o que se faz uma feira, possibilita-se a esses servidores terceirizados – que já ganham mal – que peguem aquele valor do auxílio-alimentação e deem para as esposas para que elas possam fazer a feira, e eles se virem com o resto que sobra do salário deles para comprar roupa, para pagar água, luz – mas pelo menos o da feira eles garantem quando se dá um auxílio-alimentação condigno.

Portanto, é importante que o Governo do Distrito Federal, que está preocupado com as pessoas, também crie esse mecanismo. Nós apresentamos um projeto aqui na Câmara – foi aprovado, mas, por ter vinculação com o salário-mínimo, houve um veto – para que se estabeleça o auxílio-alimentação, porque nós não estamos beneficiando as empresas, nós estamos beneficiando os servidores terceirizados.

Então, 4% do equivalente a um salário-mínimo por dia, na realidade, é um auxílio-alimentação que o Governo do Distrito Federal deveria fazer. A repercussão financeira não é alta porque não permite que as empresas prestadoras de serviço ganhem. Aí, existe até uma resistência, o pessoal não quer aumentar salário de terceirizado, eu acho que gostam que o sujeito fique ali espezinhado, pisado em cima, humilhado. Precisa-se mudar isso. Aí dizem: “Mas, Deputado Agaciel Maia, o comércio não aceita porque, se aumentar o auxílio-alimentação dos servidores terceirizados do GDF, vai haver uma cobrança muito grande dos servidores do comércio para aumentar seus salários também. Quer dizer, quando há alguma vantagem para o mais fraco, para o mais humilde, para o que tem menos poder, geralmente se arranjam várias desculpas para que isso não aconteça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Mas estou confiante no Governador Agnelo. Nós temos uma grande massa de servidores terceirizados. Como é bom ver o servidor terceirizado motivado, porque, se ele tem, pelo menos, o dinheiro da feira para dar para a mulher e o restante para pagar as contas de água e luz, comprar uma roupa para o filho, uma coisa assim, já dá um alívio muito grande.

Portanto, Deputada Arlete Sampaio, eu queria, pelo prestígio que V.Exa. tem como Líder de Governo, que o Governo do Distrito Federal nos ajudasse a conceder um auxílio-alimentação mais justo para os servidores de empresas terceirizadas que prestam serviços ao GDF.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. levanta um tema que sempre foi motivo de preocupação muito grande de minha parte. Infelizmente, existe a possibilidade, neste país, de empresários contratarem mão-de-obra, receberem três vezes mais do que pagam ao trabalhador e tratarem de maneira discriminatória, inclusive, esses trabalhadores. Eu gostaria muito que esse tipo de negócio não existisse, porque é a mais valia mais dura que se pode tirar da costa do trabalhador.

Acho que esse é um tema que precisamos levar ao governo, para que seja feita uma avaliação e, inclusive, para que essa questão seja posta nos editais para contratação das empresas. Assim, acho que poderíamos fazer justiça a esses trabalhadores.

No momento, o tema do qual eu me inscrevi para falar foi justamente a valorização do auxílio-alimentação do servidor público do Distrito Federal. Penso que é uma temática que nós devemos, sim, levantar, para que o Governador Agnelo Queiroz e sua equipe possam estudar uma forma de prestigiar de maneira mais ativa o servidor, o trabalhador terceirizado do serviço público.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar, na tarde de hoje, da decisão, sob meu ponto de vista, altamente corajosa e humanitária, tomada pela Presidenta Dilma Rousseff, no dia de ontem, no sentido de firmar um convênio com o Governo de Cuba e trazer para prestarem serviço no Brasil seis mil médicos, que irão cuidar do interior desse país. Portanto, são médicos contratados através de um convênio feito com o Governo de Cuba. Esses médicos irão atender o grande interior brasileiro, onde os médicos brasileiros não querem trabalhar.

Existe uma contradição muito grande, porque são médicos formados, na sua maioria, foram custeados pelos nossos impostos e estudaram em universidades públicas federais ou estaduais, Deputada Luzia de Paula, e não querem ir desenvolver suas atividades no interior do Brasil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Essa medida tomada pela Presidenta Dilma demonstra efetivamente de que lado S.Exa. está, que é de atender, de dar resposta efetiva para a questão da saúde pública brasileira, e tem que ser aplaudida por todos nós.

Vi o debate travado com o Presidente do Conselho Federal de Medicina, em que ele disse que é um absurdo fazer essa contratação, trazer esses médicos para prestarem serviço no Brasil. Sob meu ponto de vista, o absurdo é as pessoas do interior do Brasil não serem atendidas, não haver uma medicina de qualidade para que elas sejam atendidas efetivamente.

Portanto, faz muito bem a Presidenta Dilma Rousseff quando, mais uma vez, demonstra a coragem que S.Exa. tem de prestar serviço de qualidade para a população e faz esse convênio com o Governo de Cuba para que esses 6 mil médicos venham ao Brasil para prestarem serviço de saúde pública de qualidade no interior deste País. Portanto, é uma medida a ser aplaudida por todos nós. Eu presto as minhas homenagens, aplaudo de maneira efusiva essa decisão tomada pela Presidenta Dilma Rousseff.

Espero que o Conselho Federal de Medicina e a Justiça brasileira não venham impedir que esses médicos possam prestar a sua assistência ao povo brasileiro. Porque é muito engraçado: os ricos deste País, a elite brasileira sempre teve atendimento médico-hospitalar no exterior. Eu me lembro da época em que o Presidente João Figueiredo foi fazer uma operação do coração nos Estados Unidos. Ninguém critica quando um cidadão que tem dinheiro... As pessoas não criticam a elite que vai se tratar nos Estados Unidos, que vai se tratar na Alemanha, que vai se tratar na França. Entretanto, o Conselho Federal de Medicina critica a Presidenta Dilma Rousseff por estar tomando essa medida corajosa, essa medida que só uma mulher na Presidência da República teria a coragem que teve de firmar esse convênio para prestar esse atendimento médico hospitalar no interior do Brasil.

Eu tenho certeza, Deputada Arlete Sampaio – V.Exa. é médica –, de que agora poderemos ter médicos atendendo na minha pequena cidade de Santa Luzia do Paruá; de que agora poderemos ter médicos em Cabrobó, no Pernambuco; de que agora poderemos ter médicos em Cavalcante, uma região de quilombos no Goiás, em Santa Terezinha, enfim, em tantas cidades do interior do Brasil que precisam desse atendimento. Os médicos se negam a trabalhar nas pequenas cidades.

Portanto, é importante que travemos esse debate, mas que o Conselho Federal de Medicina não venha atrapalhar essa que me parece uma das medidas mais acertadas, mais corajosas e mais importantes tomada pela Presidenta Dilma Rousseff.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está tratando de um assunto social dos mais importantes do País. Quando nós fizemos o curso da Adesb, em 1980, fizemos um levantamento de estudo e havia uma ideia no sentido de que o governo, naquela época, pudesse dar bolsas de estudos do curso de Medicina para os jovens de famílias humildes, mas que eles saíssem da universidade ou da faculdade com o compromisso de trabalharem pelo menos três anos em qualquer parte do território nacional para o qual eles fossem designados. Porque, naquele período, tínhamos no Brasil dez mil médicos desempregados no eixo Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e tínhamos mais de dois mil e quinhentos municípios em que não havia um médico sequer.

Então, a causa do êxodo para as grandes cidades é a falta de medicina no interior do País. Muitos se dirigem às grandes cidades à procura de um tratamento médico, porque lá, na suas cidades, não existe. Agora, eu espero que esses médicos, sendo contratados, não queiram ficar aqui em Brasília, no Rio ou em São Paulo, mas que eles se dirijam para essas regiões que V.Exa. muito bem mencionou, essas cidades pequenas onde as prefeituras não conseguem contratar médicos. Ainda que paguem salários altíssimos, eles não querem residir nessas localidades.

Hoje, o Brasil é outro. Nós temos o celular, temos aviões que circulam, em poucas horas, para qualquer parte do território nacional. Eu espero que, de fato, tudo ocorra nesse sentido, para que possamos interiorizar a medicina, principalmente a medicina primária, o tratamento mais imediato, de que o povo brasileiro tanto reclama.

Deputado Chico Vigilante, parabéns.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Benedito Domingos. Eu quero lembrar, Deputado Benedito Domingos, a experiência que Cuba tem de atendimento no exterior. Eles passaram pela África fazendo esse tipo de atendimento. Eles foram para a Venezuela quando o Presidente Hugo Chávez concedeu saúde a todos, na Venezuela. Eles têm a experiência da pequenina Cuba, onde realmente a Medicina é desenvolvida, onde há um sistema de atendimento médico domiciliar, do médico de família, do médico que realmente cuida da família. Portanto, aqui no Brasil, certamente, o trabalho desenvolvido por eles será o mesmo. Quero mais uma vez aplaudir a Presidenta Dilma Rousseff por essa iniciativa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, uma coisa é a saúde na Medicina brasileira. A nossa Medicina é a melhor do mundo. Disso, não tenho dúvida. Mas a medida que a Presidente Dilma tomou é fundamental, porque a Medicina no Brasil virou coisa de elite, de elite mesmo. Ninguém hoje quer trabalhar no serviço público, quer trabalhar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

no interior, porque, se alguém abrir um consultório e cobrar de duzentos a trezentos reais por uma consulta e atender de quarenta a cinquenta pacientes por dia, o dinheiro do salário será ganho em um dia de trabalho. Então, essa medida que ela tomou foi fundamental. Por quê? Porque ou nós adotamos medidas, usamos a caneta para favorecer o cidadão, porque infelizmente no interior e também nas nossas capitais não há médico suficiente para atender a nossa demanda... Ela foi, acima de tudo, uma brasileira que olha para quem tem mais dificuldade, que é o cidadão comum.

Portanto, o pronunciamento de V.Exa. aqui tem o apoio do Olair. Por quê? Porque a Presidenta e V.Exa. estão em um caminho, estão conversando uma matéria que favorece o cidadão mais simples, que não tem acesso à Medicina e que precisa de um médico para ser atendido.

Há também brasileiros que vão para o exterior — em Portugal, etc. —, formam-se, mas querem vir trabalhar no Brasil. Daí ocorrem estas dificuldades: médicos nossos formados lá. Para se formar médico aqui no Brasil, Deputado Chico Vigilante — eu vou lhe dizer —, tem que ser filho de bacana mesmo, porque é em torno de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês a prestação da faculdade de Medicina, no Brasil.

Não sei se a Presidenta Dilma vai nos ouvir, não, mas, se V.Exa. tiver um canal aberto com ela, diga-lhe que estamos felizes com a atitude que ela tomou a bem do povo brasileiro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Encerro dizendo que está de parabéns a Presidenta Dilma Rousseff. Isso demonstra, Deputada Arlete Sampaio, efetivamente, o quanto essa mulher faz bem ao Brasil, especialmente aos mais necessitados, às pessoas que só passaram a ter vez, só passaram a ter voz, só passaram a ter direitos com a instalação do Governo do Partido dos Trabalhadores, do Governo do Presidente Lula aqui no Brasil.

A Presidenta Dilma está realmente de parabéns por essa medida corajosa que ela toma, desafiando as estruturas estabelecidas, firmando esse convênio com o Governo de Cuba, pelo qual 6 mil médicos virão prestar serviço de Medicina pública no interior do Brasil.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. para incluir na votação extrapauta de hoje os seguintes itens: o Projeto de Lei nº 1.457, de 2013; o Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013, e o Projeto de Lei nº 1.467, de 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vou verificar, Deputada Arlete Sampaio, se as referidas matérias tramitaram nas comissões.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – O Projeto de Lei nº 1.457, de 2013, abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$20.809.732,00 (vinte milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e trinta e dois reais). Foi aprovado já na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e já tramitou.

O item nº 2, discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, que cria o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, altera o § 2º, do artigo 25, da Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2013, e dá outras providências”. O projeto já tramitou na CEOF, na Comissão de Transparência e na Comissão de Constituição e Justiça.

O item nº 3, que é o projeto da carreira fazendária, foi aprovado na CEOF apenas, e não tem parecer ainda da CCJ nem da CAS.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PMDB/PTC/PT do B/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há três assuntos específicos. O primeiro assunto é parabenizar, Deputada Eliana Pedrosa, o novo Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Joziel.

Deputado Chico Vigilante, eu estive hoje na posse do novo comandante. Eu o conheço há bastante tempo porque ele é casado com a filha de um funcionário do Senado. É uma pessoa educada, respeitada e extremamente competente. Ele é tão diplomata, que até para o perfil de comandante de PM eu não sei se... Mas é extremamente educado e preparado. Ele tem todos os cursos inerentes a uma qualificação profissional de um comandante de PM. Então, há uma expectativa muito grande, Deputado Joe Valle, de que o novo comandante da Polícia Militar do Distrito Federal faça um bom trabalho, Deputado Chico Vigilante. Nós sabemos como é importante esse braço da área de segurança de Brasília, que é a Polícia Militar do Distrito Federal.

Portanto, eu quero desejar muito sucesso ao novo comandante, Deputado Wellington Luiz. V.Exa. é do outro braço, que é a Polícia Civil. Eu sou torcedor de que a área de segurança de Brasília tenha o maior sucesso possível, porque nós sabemos que estamos tendo a oportunidade, Deputada Arlete Sampaio, de termos pessoas extremamente preparadas, seja na Secretaria de Segurança, seja na Polícia Civil. E agora o comandante é também uma pessoa extremamente preparada, competente e dedicada ao trabalho. Então há a expectativa de que a área de segurança de Brasília realmente cresça, desenvolva-se e mostre um bom trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Há outro aspecto sobre o qual eu queria fazer um registro. Hoje eu não pude comparecer à reunião de Líderes e à reunião do meu bloco porque faleceu uma servidora do Senado que era uma pessoa também da melhor estirpe, chamada Sra. das Neves Lucas. Era uma pessoa de uma família grande, com a qual eu convivi desde 1981, 1982, quando ela entrou no Senado. Ela faleceu precocemente, ainda jovem, de um câncer fulminante, para a surpresa de todos nós do Senado. Eu passei hoje na Capela 6 do Campo da Esperança, e realmente estava praticamente toda a comunidade do Senado entristecida pelo falecimento súbito de uma pessoa que era respeitada dentro da casa. Uma pessoa alegre, dinâmica, daquelas pessoas que dá vontade de você trabalhar com ela, pois estava sempre de alto astral. Portanto, eu queria fazer esse registro.

Mas o registro mais importante deste meu pronunciamento, Deputado Chico Vigilante, é sobre o incômodo da última obra parada que Brasília tem, que é aquele viaduto do final da W3 Sul. Quando se sai da L2, entra-se em um engarrafamento e às vezes você espera que chegará aqui em 15 ou 20 minutos, mas às vezes passa praticamente 40 minutos.

Eu procurei me informar e soube que houve um acordo com o Metrô do DF, a Secretaria de Obras, Deputado Rôney Nemer, que assinou contrato com o consórcio Transoeste para desenvolver o projeto executivo do viaduto do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos –, entre a avenida W3 Sul e o Setor Policial. Essa obra está parada desde setembro de 2010, causando profundo transtorno e aborrecimento às pessoas que passam por ali.

Há um mês, o Governo do Distrito Federal reiniciou o processo licitatório para a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos propriamente dito, que está a cargo do Metrô – às vezes as pessoas acham que é a cargo da Secretaria de Obras. E agora agiliza a construção do viaduto sobre o qual passarão os vagões do futuro, que é exatamente esse VLT – Veículo Leve Sobre Trilho. A previsão é de que o viaduto fique pronto dentro de quatorze meses. Então, as pessoas que passam ali pelo Setor Policial, no final da W3, pelo menos agora têm uma expectativa, porque já ia completar agora três anos que aquele viaduto está ali atrapalhando o trânsito. Agora nós temos pelo menos a previsão de que em quatorze meses esse problema esteja solucionado.

Também me informaram que o custo dessa obra está estimado em 20 milhões de reais e que ela faz parte da implementação do Corredor Oeste. Então, é importante, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Vigilante e Deputado Benedito Domingos, o que será assumido pelo Governo do Distrito Federal em contrapartida aos recursos liberados pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, da Presidente Dilma Rousseff.

É uma boa notícia para o pessoal, porque além de sabermos que esse viaduto ficará pronto em quatorze meses, é também uma boa notícia para quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

mora em Ceilândia, Taguatinga, bem como em toda essa área oeste de Brasília. Portanto, é uma boa notícia, Sr. Presidente, depois de tantos aborrecimentos, saber que a última obra que o Governador Agnelo encontrou parada será agora realizada e colocada em prática.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Agradeço ao Deputado Agaciél Maia.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar o que eu entendo como um verdadeiro desrespeito não a mim, como Deputado, mas a esta Casa. Na semana passada, solicitei uma audiência ao Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sr. Sérgio Mendonça. Para minha surpresa, no final da semana, mais precisamente na sexta-feira, recebi a resposta de que o secretário pediu à sua secretária Jaqueline que informasse que aquela secretaria não atende agenda de Deputado Distrital e que, caso eu queira ter alguma reunião, que eu faça por meio de um Deputado Federal. E aí, como diz o meu filho, é uma verdadeira fuleiragem com esta Casa, porque é um desrespeito sem tamanho, não a mim, mas a todos os Parlamentares. E o senhor lembra muito bem, como presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, eu solicitei audiência diversas vezes lá e fui atendido, Deputado Joe Valle. Então, como presidente do sindicato, estive com o Sr. Vladimir Nepomuceno –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

e o senhor nos acompanhou algumas vezes – e consegui agendar. Hoje, como Deputado Distrital, não posso. É como se a gente não fosse representante. É como se a gente não existisse. E eu não estava indo, Sr. Presidente, para pedir favor pessoal, porque graças a Deus nunca precisei fazer isso nem a ele, nem a ninguém. Era apenas para resolver uma questão mal resolvida do Distrito Federal com relação aos pleitos da Polícia Civil. Então, vou oficiar V.Exa. para que adote providências, e que o Sr. Sérgio Mendonça aprenda a nos respeitar, nós que somos policiais civis. Essa é uma situação que já demora.

Por algumas vezes a gente tem tentado resolver a situação da Polícia Civil do DF, e ele tem atrelado a nossa situação à Fenapef, não é nem à Polícia Federal. Como a Fenapef não chega a nenhum acordo, a Polícia Civil do DF acaba também sendo prejudicada. Então, gostaria de pedir a V.Exa. que, em nome do respeito a esta Casa, adote providências.

Num segundo aspecto, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. por ter me indicado para representar esta Casa num congresso internacional de drogas. Para minha surpresa, o congresso, Presidente Wasny, não era para debater drogas, o congresso era para defender o uso de drogas e a sua liberação. Obviamente acabei sendo hostilizado. Mas foi muito bom a gente ter ido lá porque aí firmamos a nossa posição, inclusive como Presidente da Frente Parlamentar de Combate às Drogas. Lá, Presidente, ficou bem claro que aqueles que defendem a liberação das drogas – como se fosse esta a saída, a descriminalização – estão se organizando. É preciso que a gente também debata essa situação.

A gente sabe que por uma questão de competência talvez não possamos fazer muito, mas discutir isso em nome da sociedade que nós representamos acho que passa a ser fundamental. Então, ficou claro. Saí de lá aos gritos de fascista porque eu disse que era contra a descriminalização das drogas, e sou mesmo, vou defender meus posicionamentos. Isso não resolve; se resolvesse, não teríamos problemas com o álcool. O álcool é uma droga descriminalizada, e os problemas estão aí, as pessoas estão morrendo.

Então, é fundamental que esta Casa discuta isso, da mesma forma que é fundamental que se discuta a questão da redução da maioria penal. Também quero deixar bem claro que sou a favor da redução da maioria penal. E vou mais! Acho que em relação ao menor, a partir dos 13 anos, 14 anos, tem de haver um rigor muito maior, Deputado Chico Leite, o senhor que é promotor e conhece. Eu não estou inventando não, são os números, as estatísticas: 80% dos crimes ocorridos hoje no Distrito Federal envolvem menores, envolvendo maiores também. Agora, 50% desses menores cometem homicídios sozinhos, menores, e, quando não cometem, assumem o crime porque sabem da impunidade.

É impossível que a gente veja isso da plateia. Nós temos de tomar providências. Que seja feito um plebiscito, que a sociedade possa se manifestar. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

tenho dúvida de que o menor de 13 anos, 14 anos, já tem de responder. Tem de se aumentar o rigor das medidas socioeducativas. Treze anos, 14 anos, 15 anos, que já não são mais crianças, já seriam classificados como adolescentes e, a partir dos 16 anos, é cadeia. Para que o meu posicionamento não seja confundido, o melhor investimento é na educação. Nós temos de educar as nossas crianças para que elas não cometam o crime. Agora, aquelas que cometerem, aquelas para as quais a educação não serve, têm de ir para a cadeia mesmo, têm de responder. O que não pode mais é pai e mãe terem seus filhos mortos por mãos de bandidos chamados crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas. Queria cumprimentar toda a imprensa.

Hoje nós estamos recebendo aqui a direção do Diretório Central de Estudantes da UnB, o DCE Honestino Guimarães. Sejam bem-vindos, Pedro Ivo, Gabriela Sarkis, Eduardo Caruso, Vítor Aguiar. Muito obrigado pela presença.

Venho aqui tratar de um assunto muito importante, e esta Casa não pode se furtrar ao debate. Nós estamos passando por um problema difícil em Brasília. A nossa legislação sobre o passe livre estudantil está ultrapassada, e é preciso pressionar para que essa legislação seja alterada imediatamente porque nós estamos prejudicando os estudantes. Hoje o DCE me visitou no gabinete justamente para expor esse problema.

O passe livre estudantil é uma das maiores conquistas dos estudantes do Distrito Federal nas últimas décadas. O nome indica, o programa do passe livre consiste no direito dos alunos ao acesso e ao exercício desse direito sagrado, que é a educação. Isso acontece porque o Estado custeia o transporte, a locomoção dos estudantes de suas casas para a escola, para as universidades, e isso só pode se efetivar se estiver garantida a ida e a volta de acordo com a necessidade dos estudantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Eu fui estudante. Na minha época, eu pegava um ônibus de Samambaia até a Rodoviária e outro da Rodoviária até a UNB. Depois eu fazia esse trajeto de volta, mas algumas vezes na semana, eu tinha que modificar esse trajeto porque a vida é assim. Você tem outras oportunidades; você precisa pegar um ônibus para ir atrás de um estágio, e tudo isso no mesmo dia em que você vai para a escola, para a universidade. No entanto, a lei que vige em Brasília atualmente, a Lei nº 4.462, de 2010, limita a concessão desse benefício a 54 viagens por mês durante o período letivo. Ora, 54 viagens por mês para o pobre Israel, lá de Samambaia, não daria certo! Eu não poderia ir à UnB porque não tem ônibus direto de Samambaia para lá. É assim. É a vida, não é? Eu precisaria, pelo menos, do dobro disso. Acontece que, quando eu estudava, surgia oportunidade de um trabalho *free lancer* depois da universidade, então em vez de eu ir direto para casa, eu ia, muitas vezes, ser fiscal de uma prova do próprio Cespe e depois eu tinha que pegar um ônibus para voltar para casa. Ora, eu estou indo da universidade para casa. Não interessa se eu dei um pulinho no teatro; não interessa se eu dei um pulinho no cinema. A lei está toda errada, pois não está garantindo o acesso do estudante ao transporte. Ela está limitando esse estudante a algumas linhas e isso é muito problemático.

A gente tem que tentar melhorar o texto da lei. O número de passes que é concedido hoje atende aos estudantes que vão de casa para a universidade, que precisam de um só ônibus. Alguns dias atrás, eu vi uma aluna na UnB – inclusive minha ex-aluna – que disse que não conseguia com esses 54 passes ir à UnB o mês inteiro porque ela precisava de dois ônibus. Essa cena me lembrou o que eu vivi no passado. Está se repetindo. Em vez de nós almoçarmos, nós estudantes na época, fazíamos lanchinhos, para que o dinheiro do almoço custeasse a passagem até o fim do mês. Isso ocorreu muitas vezes. Então, a gente fazia lanchinhos e isso nos prejudicava, a nossa saúde ficava muito debilitada com o tempo.

Consciente do papel histórico institucional, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília lançou um abaixo-assinado digital no dia 26 de abril de 2013. Esse abaixo-assinado já chegou a 2 mil e 900 assinaturas. Eu trouxe aqui um computador para que os meus colegas adiram a essa causa e assinem também esse abaixo-assinado digital. Nós precisamos que esta Casa se manifeste sobre o assunto.

Outra demanda que os estudantes apresentaram e que eu considero uma demanda muito justa, Deputado Evandro Garla, é uma cota adicional de 20% no número de passes. Nós queremos que eles tenham o dobro dos passes que eles têm hoje, porque muitos pegam dois ônibus, ou que cada um receba os passes de acordo com a quantidade de ônibus que precisa. Nós queremos também que eles tenham uma cota adicional de 20% porque a educação não se dá apenas na escola. É preciso que o estudante tenha mobilidade. É preciso que ele possa procurar um estágio, e que ele saia da escola diretamente para isso. É preciso que ele vá ao cinema, ao teatro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

A nossa lei tem que ser aperfeiçoada. Essa é uma demanda de todos os estudantes do Distrito Federal que estão muito bem representados pelo Diretório Central dos Estudantes, que tem o dever de representar os da universidade, e os da Universidade de Brasília acabam representando uma causa que é de todos os estudantes de ensino médio e de ensino fundamental.

Eu queria convidar os colegas a assinarem esse abaixo-assinado. Eu estou apresentando aqui uma proposta que altera a lei. Foi bem discutida com o DCE, com o representante dos estudantes secundaristas também. Nós sabemos que esta Casa tem dificuldade de levar esse tipo de proposta à frente. Por questões jurídicas, a Casa não tem... Mas a gente pelo menos suscita o debate, provoca para que o Poder Executivo altere logo essa lei. O Tribunal de Contas é favorável a essa alteração. Então, que isso se apresse e chegue logo, porque aqui nesta Casa nós não vamos nos furtar aos nossos deveres.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, DCE.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma questão central no debate do passe estudantil – e pude fazer esse debate durante oito anos aqui – que é o seu fundamento.

Não se trata de gratuidade. Trata-se de investimento na educação, porque se não se dá a infraestrutura mínima, não é possível depois que tenhamos profissionais em condições de servir ao País, as suas famílias, as suas cidades, enfim, de servir ao seu povo.

Partindo dessa premissa de que se trata de investimento em educação e não de mera matéria de transporte e de gratuidade – fizemos esse debate, eu e o Ex-Deputado Paulo Tadeu, durante oito anos nesta Casa –, vale a pena esse investimento. A compreensão de que o estudante não vai apenas à escola, de que a educação não é só a instrucional, ela abrange outras formas de conhecimento justifica o adicional. Para que haja o controle – nós não podemos, em hipótese alguma, pressupor fraude dos nossos estudantes –, é importante talvez que haja, Deputado Prof. Israel Batista, uma reunião, e nós podemos fazê-lo, Presidente da Casa, V.Exa., eu, com o DCE, com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Transporte, para chegar a um equilíbrio, a uma proposta equilibrada que possa traduzir essa necessidade absolutamente justificável dos estudantes e da sociedade do Distrito Federal. Conte comigo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Leite, pela proposta de encaminhamento. Deixo-a ao Deputado Prof. Israel Batista,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

bem como aos integrantes do DCE. Caso queiram apresentar uma proposta de entendimento junto à Presidência, nós nos colocamos à disposição, até porque já havíamos abordado o Sr. Governador sobre a revisão nesta política hoje desenvolvida no Governo do Distrito Federal.

Fica à disposição, Deputado Prof. Israel Batista, que está capitaneando hoje este debate, bem como o Deputado Chico Leite.

Tendo encerrado a palavra dos senhores parlamentares no horário reservado aos comunicados de parlamentares, entraremos na Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

A resposta ao questionamento da Deputada Arlete Sampaio é a seguinte: acolho o Projeto de Lei nº 1.457, de 2013, e o Projeto de Lei Complementar nº 63 por já terem tramitado nas comissões. Declino a incorporação com relação ao Projeto de Lei nº 1.467, de 2013, por ainda não ter concluído a sua tramitação nas comissões.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, reunidos no Colégio de Líderes, fizemos um entendimento entre todos os líderes presentes de que, no caso do projeto que trata da carreira fazendária e prevê uma simples gratificação aos servidores, tendo em vista que ele já está aqui há mais de 20 dias – ele tramitou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas não tramitou nas outras comissões porque não deu *quorum*. Portanto, a culpa não é do projeto. Acordamos entre todos os Líderes de que, a exemplo do que fizemos com o projeto dos professores, suspenderíamos a sessão, reuniríamos as duas comissões que estão faltando em plenário para que seja oferecido o parecer, e o colocaríamos em votação no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, entendo a colocação dos colegas Líderes no Colégio ao apresentarem essa proposta, mas a minha preocupação é com o processo de banalização das comissões. Na condução desta Casa, creio ser importante a valorização das comissões. Farei um apelo aos integrantes das duas outras comissões, que ainda não tiveram oportunidade, para apreciá-lo. Teremos o dia de amanhã e, sendo apreciado o projeto nas comissões no dia de amanhã, o incluiremos na Ordem do Dia para apreciação. Mas creio que se fizermos de uma situação excepcional uma regra, estaremos expondo o processo legislativo, até dando, para aquilo que foi uma das grandes contribuições do Deputado Patrício, um retrocesso na instituição. Peço a compreensão, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa., mas não quero fazer dessa matéria uma polêmica.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero transformá-la em polêmica, só quero comunicar a V.Exa., enquanto Presidente, que apresentarei uma modificação no Regimento Interno desta Casa determinando quantos dias um projeto deve ficar numa comissão, pois não é justo que um projeto fique em uma comissão, não seja oferecido a ele parecer, e ele não venha nunca ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V.Exa. está coberto de razão, na medida em que as comissões têm de funcionar. É exatamente neste momento em que V.Exa. faz esse questionamento que ele deve ser, sobretudo, endereçado aos integrantes das comissões. Acho muito pertinente a propositura que V.Exa. pretende encaminhar ao Plenário desta Casa.

Item nº 19:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 77, de 2007, do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência locomotora aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	21



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 77 2007
Fls. nº 24 - §

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 77/07, que *dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência locomotora aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 328/2012-GAG (fls. 20/21), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 77, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.

A proposição foi aprovada na forma original, ficando a redação final conforme fls. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que: **(i)** o artigo 1º imporia a opção por uma solução (elevador hidráulico), obstando-se a adoção de outras mais eficientes ou ambientalmente sustentáveis; **(ii)** o artigo 4º obrigaria a instalação de equipamentos fixos nas paradas, impedindo que estivessem exclusivamente nos ônibus, solução mais recomendável; **(iii)** os artigos 2º, 3º e 5º em nada inovariam com relação às obrigações da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

2

estabelecidas na Lei n.º 4317/09; **(iv)** as sanções estatuídas no parágrafo único dos artigos 1º e 5º seriam demasiado onerosas, ofendendo o princípio da razoabilidade.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputado CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é para a manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 07/05/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 77/2007

Autor: Deputado(a): Christiano Araújo Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEAO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAUJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PEN				X		
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA ASSP Nº _____ / _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	—	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	—		

CONSOLIDADO POR 1381
ASSINATURA _____ MAT. _____ ASSP/ Nº _____ / _____
FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Eu gostaria de indagar o Plenário. Pela votação, tivemos 14 Parlamentares. A proposta que foi incluída como item extrapauta na sessão extraordinária é o Projeto de Lei Complementar nº 63. Ele precisa de 13 votos. Então, votaremos o item nº 23.

Item nº 23:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 590, de 2011, do Deputado Benedito Domingos, que “dispõe sobre o incentivo às escolinhas sociais de futebol e a outras modalidades esportivas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL. nº 590, 2011
Fls. nº 33

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 590/11, que *dispõe sobre o incentivo às
escolinhas sociais de futebol e a outras
modalidades esportivas no âmbito do Distrito
Federal e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 346/2012-GAG (fls. 29/30), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 590, de 2011, de autoria do Deputado Benedito Domingos.

A proposição foi aprovada com emendas, ficando a redação final conforme fls. 24.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição criaria despesas de caráter continuado sem a observância dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, o Chefe do Poder Executivo opôs veto total ao Projeto de Lei nº 590, de 2011, do Deputado Benedito Domingos, que “dispõe sobre o incentivo às escolinhas sociais de futebol e a outras modalidades esportivas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

S.Exa. argumentou, para tanto, que a proposição criaria despesas de caráter continuado sem a observância dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, essas são as informações que eu teria para trazer a fim de supedanear a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou justificar. Aqui não se fala em verba, mas em apoio. Os departamentos do governo de desportos, a Secretaria de Esportes já tem no seu estoque bolas, rede, esse material para praticar esportes. Ela já adquire isso dentro do orçamento votado. Quando nós falamos deste apoio, é para facilitar essas escolinhas que as pessoas criam, pelo menos nas regiões mais humildes da cidade, nos campinhos de chão que estão ali, onde as crianças estão brincando: dar uma bola para elas, colocar uma rede na trave, fazer umas coisas, dar uma camiseta, é desse tipo de apoio que estamos falando para abrir esse leque para socializar mais a prática de esportes, que não se centralize somente nos órgãos oficiais, mas que eles possam ceder, dar ou fazer de qualquer maneira para que haja uma amplitude maior para as crianças praticarem esportes. Mas entende-se que tudo vai no orçamento, que tudo contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal — o que não é o caso. Na minha visão, o que colocamos seria nesse sentido, o sentido de que o governo poderia utilizar seus órgãos competentes que adquirem essas coisas através das verbas votadas por nós aqui nesta Casa e fazer esse tipo de atendimento, de que não fique simplesmente esse uso naqueles órgãos de caráter oficial. Mas eu compreendo e respeito a decisão da Casa, se acha que é inconstitucional. Eu estava dizendo para minha companheira Deputada Luzia de Paula: nós aqui andamos numa corda bamba em cima de um fio de navalha, tudo o que você faz aqui é inconstitucional. É muito complicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, encaminho o acordo pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 07/05/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
 PROJETO DE LEI Nº(S) 590/2011
Autor: Deputado(a): Benedito Domingos Executivo
Relator: Deputado(a): Lohico Laeta

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X				
	CELINA LEAO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PEN				X		
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB		X				
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		13	02		09		

*(Art.109 parágrafo 8º do RD)

ASSP SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA ASSP Nº 1 / 1 Fls.º

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	—		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA MAT. ASSP/ Nº 1 / 1 FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que houve a sua anuência, gostaria de propor que nós entrássemos na votação dos itens extrapauta nºs 1 e 2, tendo em vista o anúncio de alguns Parlamentares de que precisarão se retirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Consulto os Líderes se há acordo para superar os sobrestamentos dos itens relativos aos vetos da Ordem do Dia e votar os dois itens extrapauta.

Indago a Deputada Liliane Roriz. (Pausa.) Pelo PSD, sim.

Deputado Chico Vigilante, pelo seu bloco? (Pausa.)

Deputado Joe Valle, pelo Bloco Social Ecológico? (Pausa)

Deputado Benedito Domingos, pelo seu bloco, concorda?

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, perdoe-me, eu estava aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu estou indagando à Liderança do seu bloco se há acordo para superar o sobrestamento e entrar nos itens extrapauta. Esta é uma consulta que a Presidência faz. (Pausa.)

O Deputado Cristiano Araújo concorda. Aproveito para cumprimentá-lo.

Indago ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.) Ele concorda.

Deputado Chico Vigilante? (Pausa.) Concorda.

Há acordo dos Srs. Líderes.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.457, de 2013, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$20.809.732,00 (vinte milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e trinta e dois reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

A tramitação está concluída e foram aprovados os pareceres das comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deve se manifestar sobre a emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda nº 1.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.457, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 20.809.732,00 (vinte milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e trinta e dois reais)”.

Este é o parecer à Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que faz um remanejamento no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) da Novacap para a Secretaria de Cultura. O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela admissibilidade da Emenda Aditiva nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.457, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013, do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, que cria o Fundo para a geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Tramitação concluída. Aprovados os pareceres na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, e na Comissão de Constituição e Justiça.

Apresentadas quatro emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a Emenda nº 1, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e rejeitada na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparências e Controle, e sobre a emenda de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer sobre a Emenda nº 1, aprovada na CCJ e rejeitada na CFGTC, e sobre as quatro emendas de Plenário.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013: uma Emenda Supressiva nº 1, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, rejeitada na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparências e Controle, e que também está sendo rejeitada, no meu parecer, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. E quatro emendas de Plenário, a Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa; a Emenda nº 2, de autoria da Deputada Arlete Sampaio; a Emenda Modificativa nº 3, de autoria da Deputada Arlete Sampaio; e a Emenda Aditiva nº 4, também da Deputada Arlete Sampaio, que são aprovadas nesta Comissão.

Portanto, a Emenda Supressiva nº 1, apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, aprovada e rejeitada na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparências e Controle, também está sendo rejeitada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. E as Emendas Aditiva nº 1, Modificativa nº 2, Modificativa nº 3 e Aditiva nº 4 estão sendo acatadas e aprovadas nesta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Exceto a rejeição da Emenda nº 14.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparências e Controle sobre as quatro Emendas de Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se da Emenda Aditiva nº 1. “Parágrafo único. O apoio e financiamento a empreendedores econômicos da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE fica limitado a 20% (vinte por cento) do total dos recursos alocados no fundo a que se refere o *caput* deste artigo”.

A Emenda nº 2, que cria o Conselho de Administração do Fungar, o Comitê de Crédito, coloca a forma de composição do Conselho e também a forma de composição do Comitê de Crédito.

A Emenda Modificativa nº 3, também de autoria da Deputada Arlete Sampaio. Dá uma redação para o art. 9º da Lei Complementar nº 704, de 2005, alínea *b*: “limite máximo de quarenta e cinco mil e duzentos reais por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte”.

E a Emenda Aditiva nº 4, que adita ao Projeto de Lei Complementar a seguinte disposição à redação proposta pelo art. 1º para o art. 3º da Lei Complementar nº 704, de 2005. Art. 3º, letra *e*: “microempreendedores individuais; (...) V - ao apoio e ao fortalecimento das cooperativas de produção e trabalho das instituições mencionadas no art. 10”.

Então, das quatro emendas, rejeita-se a Emenda Aditiva nº 1 e consideram-se aprovadas a Emenda Modificativa nº 2, de autoria da Deputada Arlete Sampaio; a Emenda Modificativa nº 3, também de autoria da Deputada Arlete Sampaio; e a Emenda Aditiva nº 4, também de autoria da Deputada Arlete Sampaio.

Sr. Presidente, é esse o parecer sobre as emendas. Pela aprovação das três e pela rejeição da Emenda Aditiva nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as quatro emendas de plenário.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Relatoria pela CCJ a quatro emendas de plenário. Nós rejeitamos a de número 1 e consideramos admissíveis as de número 2, 3 e 4. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 07/05/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2013

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
 CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROCESSO Nº _____
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 63/2013
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR				/		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD				/		
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	--	/					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD				/		
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PATRICIO	PT				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	RAAD MASSOUH	PPL				/		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RONEY NEMER	PMDB				/		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	WASNÝ DE ROURE	PT	/					
	TOTAL		14			10		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do AD)

SECRETÁRIO DEP. _____
CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA

MAT. _____

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Em virtude de divergência entre os pareceres das comissões, está sendo destacada a Emenda nº 1, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e rejeitada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Eu peço a atenção dos Srs. Parlamentares. A emenda está sendo destacada em função de posições contraditórias de pareceres.

Emenda Supressiva nº 1, da Deputada Eliana Pedrosa, ao Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2013, que “altera a Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, que ‘cria o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, altera o § 2º do art. 25 da Lei 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências’”: “Fica suprimida do art. 1º a parte relativa aos arts. 5º e 7º do projeto de lei complementar em epígrafe”.

Eu peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares. A votação será pelo processo nominal. A matéria, para ser acolhida, tem que ter 13 votos.

Em discussão a emenda.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, só para esclarecer, é importante termos consciência exatamente do que estamos aqui votando. O projeto de lei que veio do Executivo flexibiliza a composição do governo no conselho, de forma que não seja necessário, a cada momento em que uma secretaria muda ou que se cria uma nova secretaria, estabelecer uma lei que venha para a Câmara Legislativa para definir quem pode participar do conselho. Então, ele permite ao governo fazer a designação, a definição da composição governamental do conselho a partir de um decreto governamental.

Nesse sentido, eu queria pedir a todos os pares para que possamos rejeitar a emenda, tendo em vista que ela acaba engessando a composição do conselho com prejuízo do seu próprio funcionamento.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão acatando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 07/05/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197- I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

EMENDA(S) 71 = 01 (supressão) Dep. Eliana Pedrosa (CCJ)

- PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S) _____
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 63/2013
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- PARCIAL DO VETO TOTAL: _____

Art. 197, IV RCMF

AUTOR DO DESTAQUE DEPUTADO

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X				
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X				
	CRISTIANO ARAUJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PEN		X				
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB		X				
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X				
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				X		
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD		X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	TOTAL			13		10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. *(assinatura)*

CONCLUSÃO

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO/VETO PARCIAL
- REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO/VETO PARCIAL
- RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

ASSINATURA	CONSOLIDADO POR	ASSP/ Nº /
<i>(assinatura)</i>	1384	
MAT.	FOLHA Nº	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2013	15h45min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação da emenda destacada: 1 voto favorável, 13 votos contrários. Houve 10 ausências.

Está rejeitada a emenda.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.457, de 2013, e do PLC nº 63, de 2013.

Aproveito para solicitar ao Deputado Chico Leite e ao Deputado Olair Francisco que, dentro das possibilidades, possam, em sessão extraordinária, apreciar o PL nº 1.457, de 2013, no dia de amanhã. Faço essa solicitação aos Srs. Deputados por ser uma matéria em regime de urgência, que entrou nesta Casa no dia 30 de abril.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h29min.)